

BOLETIM 188

Brasília, 17 de agosto de 2016

Centrais promovem mobilização unitária em todo país na defesa do emprego e dos direitos sociais e trabalhistas

O “Dia Nacional de Mobilização e Luta” pelo emprego e garantia de direitos, realizado terça-feira (16/8) pelas Centrais Sindicais, em frente às sedes das principais federações patronais em todas as capitais do país, selou de vez a unidade das Centrais Sindicais contra a agenda de retrocessos defendida por setores patronais e alguns porta-vozes do próprio governo.

Sindicalistas, trabalhadores liderados por todas as Centrais Sindicais, confederações, federações e sindicatos compareceram com bandeiras, faixas e cartazes com dizeres de que não aceitam “Nenhum direito a menos!”.

Todos foram unânimes em ressaltar que o momento requer muita organização e diálogo com a sociedade no sentido de denunciar e reagir à altura, com os que querem eliminar e subtrair conquistas, leis trabalhistas, direitos sociais e submergi a democracia.

O foco das denúncias foi concentrado na proposta de aumento da jornada de trabalho para até 80 horas semanais; as dificuldades para as aposentadorias dos trabalhadores, com o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para



até 70 anos; a flexibilização de direitos, sobrepondo o negociado ao legislado; o projeto de terceirização sem limites; a ameaça de retrocesso nas questões relativas à segurança no trabalho, com o fim das Normas Regulamentadoras, entre outras questões.

Uma das principais manifestações aconteceu em São Paulo, em frente ao prédio da FIESP, na Avenida Paulista (**foto**), quando milhares de trabalhadores e sindicalistas realizaram o ato que foi simultaneamente promovida em diversas capitais e cidades do país.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

FST marca mobilização e recebe secretário de Relações do Trabalho

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), coordenado pelo companheiro Lourenço do Prado, que congrega as confederações nacionais de trabalhadores, promoveu reunião no último dia 10 de agosto, em Brasília, na sede da CONTEC, ocasião em que discutiu a reestruturação da entidade e



recebeu o secretário de Relações do Trabalho, Carlos Lacerda *(foto)*.

Quanto à reestruturação da entidade, o presidente da CNTA, Arthur Bueno de Camargo, resgatou, inicialmente, os princípios que nortearam a criação do FST, destacando a defesa dos direitos sociais e trabalhistas, a unicidade sindical, o sistema confederativo, a contribuição compulsória, a liberdade de organização, autonomia e respeito às decisões soberanas os trabalhadores. Nesse ponto, houve uma proposta de recomposição da diretoria e de sustentação material da entidade.

A reunião do FST serviu, também, para promover uma discussão com o novo secretário de Relações do Trabalho, Carlos Lacerda, que demonstrou total abertura de diálogo e empenho nas lutas das Confederações.

Houve questionamento ao secretário a respeito da guia de recolhimento da contribuição sindical, o qual se dispôs a conversar e encontrar soluções para o problema, já agendando uma reunião para tratar do assunto. Lacerda ainda se comprometeu a realizar outras reuniões com a presença dos técnicos do Ministério do Trabalho.

CONTRICOM - O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho



(foto), presente ao encontro ressaltou “como positivo o primeiro encontro com o secretário Carlos Lacerda, que nós bem conhecemos pois também é amazonense” e aproveitou a oportunidade para fazer uma análise da “grave crise que atinge o setor da construção, com a redução das atividades econômicas, o desemprego galopante e as ameaças constantes aos direitos já conquistados”.

Os presentes à reunião do FST também deliberaram e definiram pela realização de um grande evento do movimento, nos dias 29 e 30 de novembro deste ano, com o objetivo de mobilizar lideranças de todo país na defesa dos direitos trabalhistas e da retomada do desenvolvimento econômico e da geração de empregos.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Construção civil fecha 465 mil postos de trabalho em 12 meses

Em 12 meses, a construção civil brasileira fechou 465 mil postos de trabalho, segundo levantamento divulgado nesta terça-feira (16) pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP). No primeiro semestre de 2016, o setor acumula a perda de 139,1 mil vagas, sendo 33 mil em junho (-1,18%). O ramo emprega atualmente 2,76 milhões de trabalhadores.

De acordo com o presidente do Sinduscon, José Romeu Ferraz Neto, o nível de emprego da indústria da construção retornou aos patamares registrados em 2009. “O número de vagas fechadas na indústria da construção desde 2014 deverá ultrapassar 1,1 milhão até o fim de 2016. Isso representa 30% do total de trabalhadores que o setor chegou a empregar antes da crise”, ressaltou.

Apesar da gravidade da situação, Ferraz disse acreditar que a recuperação é possível se forem tomadas medidas que melhorem o cenário atual. “O setor voltará a empregar rapidamente se medidas urgentes destinadas à expansão da infraestrutura e à contratação de habitação popular forem tomadas, junto com o lançamento de novas concessões e Parcerias Público-Privadas. Esse esforço precisa envolver tanto a União quanto estados e municípios”, acrescentou.

Em junho, a região que teve a maior redução percentual no número de postos de trabalho foi a Nordeste (-1,51%), com a perda de 8,6 mil vagas. No Sudeste foram fechadas 20,9 mil colocações, uma retração de -1,48%. Em São Paulo

foram cortados 9,8 mil postos, uma queda de -1,32% no nível de emprego.

Fonte: Portal EBC

Senador diz que Previdência seria superavitária se governo cobrasse os devedores

O senador Paulo Paim (PT-RS) citou artigo em que ele e o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Wilson Antônio Romero, mostram "a farsa que é o discurso de que a Previdência Social é deficitária".

Paulo Paim afirmou que basta o governo cobrar as dívidas tributárias de grandes devedores para sanear as contas públicas. O senador disse que a seguridade, que abrange saúde, assistência e previdência, seria superavitária com a cobrança dessas dívidas.

- É mais de um trilhão e meio de [de reais] de dívida atualizada, que é só ir para cima e cobrar - disse o senador.

Paulo Paim ainda criticou a terceirização da mão-de-obra no país, que ele considera prejudicial aos trabalhadores. Um exemplo disso aconteceu, segundo ele, dentro do Senado. Uma empresa prestadora de serviço, disse o senador, fechou as portas e não pagou os direitos devidos aos funcionários. E essa dívida, segundo Paulo Paim, vai ser paga pelo Senado, por força de lei.

Fonte: Agência Senado



Em carta, Dilma propõe plebiscito sobre eleição presidencial

A presidenta afastada Dilma Rousseff divulgou uma carta à população propondo a realização de plebiscito sobre a convocação de eleições presidenciais antecipadas.

Na carta, Dilma aborda a crise política e defende que a população decida sobre a realização de um novo pleito presidencial. "A restauração plena da democracia requer que a população decida qual o melhor caminho para melhorar a governabilidade", disse, ao ler o documento, direcionado à nação e aos senadores, durante entrevista coletiva à imprensa no Palácio da Alvorada. A presidente afastada apenas leu o documento e não respondeu perguntas.

No documento, intitulado "Mensagem ao Senado e ao povo brasileiro", Dilma reafirma que não cometeu crime de responsabilidade e classifica o processo de impeachment contra ela de "golpe". Dilma diz que caso o Senado decida pelo afastamento definitivo dela da Presidência da República haverá "ruptura da ordem democrática baseada em um impeachment sem crime de responsabilidade".

Na carta, Dilma também reconhece erros cometidos durante seu governo e acena com mudanças na política econômica caso retorne à presidência.

A presidenta afastada convocou uma coletiva de imprensa no Palácio da Alvorada para explicar os argumentos da carta, debatidos nos últimos dias com aliados. O texto que será encaminhado aos senadores aponta um dos

últimos posicionamentos de Dilma antes do julgamento final do processo de impeachment.

Na semana passada, 59 senadores votaram pela aceitação do parecer que dá continuidade ao processo. Com isso, o julgamento de Dilma por crime de responsabilidade terá início no próximo dia 25, uma quinta-feira. Para barrar o impeachment, Dilma precisa do voto de, no mínimo, 28 dos 81 senadores. A presidenta afastada não informou se irá ao Senado para apresentar pessoalmente sua defesa.

Fonte: Agência Brasil

Empresários do Nordeste apresentam a Temer demandas para fortalecer indústria

O presidente interino Michel Temer se reuniu nesta terça-feira (16) com integrantes do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi). Na oportunidade, empresários do Ceará, Piauí, Bahia e Rio Grande do Norte apresentaram a Temer demandas em áreas como a trabalhista e de infraestrutura que contribuam para o fortalecimento da indústria.

De acordo com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, eles manifestaram ao presidente interino a importância de uma reforma na Previdência, do fortalecimento de acordos coletivos firmados entre trabalhadores e empregadores e das terceirizações.

Desenvolvimento - Na área de infraestrutura, os empresários do Nordeste apresentaram demandas como a duplicação da BR-222, no Ceará, ampliação de linhas de transmissão de energia na região e a transposição e revitalização do Rio São Francisco, de modo a evitar que estados nordestinos sofram com a falta de água.

Fonte: Agência Brasil

Senadora critica a reforma trabalhista

A senadora Ângela Portela (PT-RR) (*foto*) afirmou que a proposta de reforma trabalhista que está em discussão no governo e que deve ser apresentada em cerca de 90 dias vai tornar precárias as relações de trabalho e restringir direitos dos trabalhadores.

Ela disse que, pelo que está em discussão, direitos como fundo de garantia, férias e décimo terceiro seriam flexibilizados. Assim, empresas e sindicatos poderiam, por exemplo, negociar o parcelamento do décimo terceiro salário, explicou a senadora.

Ângela Portela alertou que, do que já foi dito, fica claro que o governo interino de Michel Temer pretende reduzir direitos e garantias trabalhistas, sob a desculpa de que isso vai criar mais empregos. Só que as mudanças, segundo a senadora, não vão garantir mais emprego porque não existe relação entre precarização das relações de trabalho e criação de empregos.

— Essa lógica que estão querendo implantar, de que desvalorizar o trabalhador, diminuir salário de trabalhador vai gerar mais empregos, é falsa. Não podemos no Congresso

Nacional e aqui no Senado, particularmente,



admitir esse retrocesso. Retirar direitos dos trabalhadores é mais do que um golpe político, é um crime contra a nação e não podemos admitir de forma nenhuma.

Segundo Ângela Portela, o PLS 257/2014 e proposta de emenda constitucional (PEC) 241/2016, que fazem parte do ajuste fiscal, vão gerar arrocho salarial do servidor e o cancelamento de progressões estatutárias. Por isso, professores da rede pública de todo o país já estão se manifestando contra mais essas propostas.

Fonte: Agência Senado

Projeto exige recontração de empregado demitido por causa de doença incurável

A Câmara dos Deputados analisa proposta que obriga o empregador a recontratar o funcionário que tiver sido demitido sem justa causa apenas por ser portador de doença incurável ou



estigmatizante. A medida, que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-lei 5.452/43), está prevista no Projeto de Lei 517/15, do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Pelo texto, além da reintegração do emprego, a dispensa discriminatória garante ao empregado o direito de considerar o período do afastamento como tempo de serviço, para todos os fins legais.

No caso de impossibilidade de retorno ao trabalho, a reintegração será convertida em indenização equivalente a duas vezes o valor das verbas trabalhistas devidas pela dispensa sem justa causa, sem prejuízo da indenização por danos morais.

A dispensa não será considerada discriminatória se tiver causa ou fundamento não relacionado ao estado de saúde do empregado; e se o empregado recusar orientações ou tratamento médico recomendados.

Fonte: Agência Câmara

Turma derruba multa por atraso em rescisão no caso de falecimento do empregado

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho absolveu a Brasfort Empresa de Segurança Ltda. de pagar multa referente ao atraso no pagamento da rescisão contratual de empregado falecido (artigo 477 da CLT). De acordo com o ministro Caputo Bastos, relator do processo, não haveria como exigir o pagamento das verbas

rescisórias no prazo, por não ser possível identificar, de imediato, a pessoa para quem deve ser efetuado o pagamento, o que somente se dará através do inventário.

De acordo com o processo, em agosto de 2014, três meses após a morte do empregado, a Brasfort ajuizou ação de consignação e pagamento na 13ª Vara do Trabalho de Brasília (DF) com o objetivo de quitar as verbas rescisórias junto ao espólio do trabalhador. De acordo com o artigo 477 da CLT, as verbas rescisórias devem ser pagas até o primeiro dia útil após o término contrato ou até o décimo dia, "quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento". Com base nesse dispositivo, o juízo de primeiro grau aplicou a multa, uma vez que a ação foi ajuizada mais de três meses após a morte do trabalhador.

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF e TO), ao confirmar a sentença, destacou que o falecimento implica a rescisão automática do contrato de trabalho.

TST - A Quinta Turma do TST acolheu recurso da empresa contra a decisão regional. O ministro Caputo Bastos citou decisões da Corte no sentido de que não há cobrança de multa por atraso no pagamento de rescisão no caso de falecimento.

(Processo: RR-1207-06.2014.5.10.0013)

Fonte: TST

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)